

DESTAQUE DA CENTRALIDADE DA TEMÁTICA REGIONAL NO DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO NACIONAL À LUZ DAS PRINCIPAIS CONCEPÇÕES TEÓRICAS E DAS TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO REGIONAL DESDE A DÉCADA DE 1970 E DOS DESAFIOS IMPOSTOS PELOS EFEITOS DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS ATUAIS.

■ ARTIGO ■

Centralidade e atualidade da temática do desenvolvimento regional na agenda do desenvolvimento brasileiro

RESUMO: EM UM CONTEXTO DE MAIOR INTERNACIONALIZAÇÃO ECONÔMICA, SOB O PREDOMÍNIO DE UMA VISÃO NEOLIBERAL BIESCALAR (LOCAL-GLOBAL), AS ESCALAS NACIONAL E REGIONAL FORAM DESLEGITIMADAS, TANTO NA DISCUSSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO NA ACADÊMICA. É IMPORTANTE DESTACAR QUE EM PAÍSES COM DIMENSÕES TERRITORIAIS CONTINENTAIS E DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA FEDERATIVA, COMO O BRASIL, AS CONSIDERAÇÕES SOBRE A COMPLEXIDADE DE SUAS DESIGUALDADES REGIONAIS É CENTRAL, SENDO ESSA VISÃO DOMINANTE, NO MÍNIMO BASTANTE INADEQUADA. O OBJETIVO DESTES ARTIGOS É DE DESTACAR A CENTRALIDADE DA TEMÁTICA REGIONAL NO DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO NACIONAL À LUZ DAS PRINCIPAIS CONCEPÇÕES TEÓRICAS E DAS TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO REGIONAL DESDE A DÉCADA DE 1970 E DOS DESAFIOS IMPOSTOS PELOS EFEITOS DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS ATUAIS.

PALAVRAS-CHAVE: BRASIL; DESENVOLVIMENTO REGIONAL; ECONOMIA REGIONAL.

ABSTRACT: IN A CONTEXT OF GREATER ECONOMIC INTERNATIONALIZATION, UNDER THE PREDOMINANCE OF A BISCALAR (LOCAL-GLOBAL) NEOLIBERAL VISION, NATIONAL AND REGIONAL SCALES WERE DELEGITIMIZED, BOTH IN THE DISCUSSION OF PUBLIC POLICIES AS ACADEMIC. IT IS IMPORTANT TO HIGHLIGHT THAT IN COUNTRIES WITH CONTINENTAL TERRITORIAL DIMENSIONS AND OF FEDERATIVE POLITICAL ORGANIZATION, AS BRAZIL, THE CONSIDERATIONS ON THE COMPLEXITY OF THEIR REGIONAL INEQUALITIES ARE CENTRAL, BEING THIS DOMINANT VIEW, AT LEAST, QUITE INADEQUATE. THE AIM OF THIS ARTICLE IS TO HIGHLIGHT THE CENTRALITY OF THE REGIONAL THEMATIC IN THE DEBATE ON THE NATIONAL DEVELOPMENT TO THE LIGHT OF THE MAIN THEORETICAL CONCEPTIONS AND THE TRANSFORMATIONS IN THE PROCESS OF REGIONAL DIFFERENTIATION SINCE THE DECADE OF 1970 AND OF THE CHALLENGES IMPOSED BY THE EFFECTS OF THE CURRENT ECONOMIC POLICIES.

KEYWORDS: BRAZIL, REGIONAL DEVELOPMENT, REGIONAL ECONOMY.

HIPÓLITA SIQUEIRA ECONOMISTA, PROFESSORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ), INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (IPPUR)

Os marcos teóricos clássicos da discussão sobre o desenvolvimento regional surgiram no contexto do pós-guerra no qual foram implementadas as estratégias de desenvolvimento nacional tanto em países do centro como periféricos. Duas vertentes caracterizaram distintas visões e estratégias de desenvolvimento e planejamento regional, a das teorias da localização/regional science e do desenvolvimento “desequilibrado”/desigual. A primeira, associada ao instrumental da economia neoclássica (com métodos econométricos), visava a explicação da configuração espacial econômica (localização das atividades econômicas) do ponto de vista das firmas e das decisões individuais de consumidores e produtores, conformando áreas de mercado, redes e hierarquias entre cidades e regiões. A segunda, seguindo a perspectiva das ideias de

Keynes, enfatizava a natureza desigual do desenvolvimento capitalista e a concentração do

o grande acúmulo de pesquisas e debates sobre o processo de diferenciação econômica

dades regionais, predominou a lógica da criação dos polos de crescimento num contexto da política de integração nacional.

Os desenvolvimentos teóricos mais promissores para o debate contemporâneo estão nas abordagens das escalas espaciais, em uma perspectiva relacional e como plano analítico e campo de luta na busca por justiça socioespacial, as quais privilegiam a transescalaridade do capitalismo (Fernández e Brandão, 2010). Nessa mesma linha, algumas abordagens têm discutido o reescalonamento territorial do próprio Estado e suas implicações para as políticas espaciais (Brenner, 2004).

No entanto, embora tenha ocorrido uma “virada espacial” nas ciências sociais em um contexto de maior internacionalização econômica, o predomínio de uma visão hegemônica biescalar (global-local) deslegitimou análises macro e mesoescalares norteadas por uma visão de conjunto sobre o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Se, por um lado, a proliferação de estudos sobre as realidades locais

EMBORA TENHA OCORRIDO UMA “VIRADA ESPACIAL” NAS CIÊNCIAS SOCIAIS EM UM CONTEXTO DE MAIOR INTERNACIONALIZAÇÃO ECONÔMICA, O PREDOMÍNIO DE UMA VISÃO HEGEMÔNICA BIESCALAR (GLOBAL-LOCAL) DESLEGITIMOU ANÁLISES MACRO E MESOESCALARES NORTEADAS POR UMA VISÃO DE CONJUNTO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.

crescimento econômico e seus efeitos de encadeamento em determinadas regiões e cidades.

Apesar de suas claras distinções, nenhuma delas constituiu-se enquanto abordagem compreensiva, plenamente suficiente para dar conta da complexidade e heterogeneidade das especificidades sub-regionais de países periféricos, subdesenvolvidos e continentais como o Brasil. Entretanto,

socioespacial, bem como a experiência histórica de planejamento, foram, em sua maioria, influenciados pela perspectiva do desenvolvimento e da ação do Estado no sentido da redução das desigualdades regionais, tendo como marcos o estudo do GTDN elaborado por Celso Furtado e, como desdobramento, a criação da Sudene em 1960. Nos governos militares, em detrimento da lógica anterior de redução de desigual-

permitiram o conhecimento de distintas espacialidades do desenvolvimento capitalista, por outro lado, tem se constituído em barreiras quase intransponíveis à apreensão adequada dos processos que, sob uma lógica cada vez mais transescolar, se imbricam, se manifestam e se reproduzem nos diversos espaços urbano-regionais.

No Brasil, a crise da década de 1980 foi um marco divisor nos estudos e pesquisas acadêmicas e no tratamento político e institucional da questão, bem como no reconhecimento social sobre as desigualdades regionais do País. Foi decisivo o desmonte da capacidade estruturante e dos instrumentos (institucionais e financeiros) do Estado em geral, sendo intensificado pelas práticas neoliberais na condução da política econômica nos anos 1990. Completam-se, portanto, mais de trinta anos de destruição institucional, das estatísticas específicas de qualidade e da própria legitimação do debate sobre o desenvolvimento regional e nacional. A questão regional foi, aos poucos, sendo retirada e totalmente eliminada da agenda política e da consciência social do País. Passados os períodos críticos e difíceis das décadas de 1980 e 1990, a redução das desigualdades regionais, combinada à valorização de nossas diversidades, não tem sido considerada como questão prioritária na agenda do Estado e dos movimentos sociais, tampouco nas pesquisas e estudos acadêmicos.

Entretanto, as mudanças econômicas, sociais, políticas e espaciais nessas últimas três décadas concorreram para um processo de intensa e complexa diferenciação regional, com rebatimentos importantes para a divisão espacial do trabalho. Alguns elementos para a discussão desses movimentos são apresentados a seguir.

Tabela 1 – Distribuição regional e estadual do PIB do Brasil, segundo atividades econômicas selecionadas

| | Total | | Agropecuária | | Indústria Extrativa | | Indústria Transformação | |
|---------------------|-------------|-------------|--------------|-------------|---------------------|-------------|-------------------------|-------------|
| | 2002 | 2011 | 2002 | 2011 | 2002 | 2011 | 2002 | 2011 |
| Brasil | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Norte | 4,8 | 5,6 | 8,8 | 9,5 | 9,6 | 16,6 | 4,8 | 4,6 |
| Roraima | 0,5 | 0,7 | 1,6 | 2,6 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,3 |
| Acre | 0,2 | 0,2 | 0,5 | 0,7 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Amazonas | 1,4 | 1,5 | 1,6 | 1,9 | 1,7 | 1,1 | 3,1 | 3,2 |
| Roraima | 0,2 | 0,2 | 0,3 | 0,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Pará | 1,8 | 2,3 | 3,4 | 2,5 | 7,5 | 15,2 | 1,2 | 0,8 |
| Amapá | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,1 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,0 |
| Tocantins | 0,4 | 0,5 | 1,2 | 1,5 | 0,0 | 0,1 | 0,1 | 0,1 |
| Nordeste | 13,3 | 13,8 | 17,6 | 16,6 | 11,4 | 7,0 | 9,7 | 8,7 |
| Maranhão | 1,1 | 1,3 | 2,7 | 4,2 | 0,2 | 0,8 | 0,5 | 0,4 |
| Piauí | 0,5 | 0,6 | 0,7 | 0,8 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,2 |
| Ceará | 2,0 | 2,2 | 2,2 | 1,9 | 0,8 | 0,3 | 1,6 | 1,6 |
| Rio G. Norte | 0,8 | 0,9 | 0,9 | 0,6 | 4,5 | 1,9 | 0,4 | 0,4 |
| Paraíba | 0,9 | 0,9 | 1,0 | 0,7 | 0,3 | 0,1 | 0,5 | 0,5 |
| Pernambuco | 2,4 | 2,5 | 1,8 | 1,6 | 0,4 | 0,1 | 1,6 | 1,7 |
| Alagoas | 0,7 | 0,7 | 1,3 | 0,8 | 0,4 | 0,2 | 0,6 | 0,7 |
| Sergipe | 0,7 | 0,7 | 0,5 | 0,4 | 1,5 | 1,2 | 0,5 | 0,3 |
| Bahia | 4,1 | 4,0 | 6,6 | 5,4 | 3,3 | 2,4 | 3,9 | 2,8 |
| Sudeste | 55,7 | 54,4 | 29,9 | 31,7 | 74,1 | 73,4 | 60,5 | 59,6 |
| Minas Gerais | 8,7 | 9,6 | 13,3 | 16,1 | 15,2 | 18,9 | 8,9 | 10,0 |
| Espírito Santo | 1,7 | 2,2 | 2,1 | 2,5 | 6,5 | 12,2 | 1,8 | 1,6 |
| Rio de Janeiro | 11,6 | 11,2 | 1,0 | 0,9 | 49,9 | 39,8 | 6,3 | 6,1 |
| São Paulo | 33,7 | 31,4 | 13,5 | 12,1 | 2,5 | 2,5 | 43,5 | 41,8 |
| Sul | 17,1 | 16,3 | 26,0 | 24,5 | 2,8 | 1,2 | 21,4 | 21,8 |
| Paraná | 6,1 | 5,8 | 9,8 | 9,2 | 0,9 | 0,3 | 6,5 | 7,0 |
| Santa Catarina | 3,8 | 4,1 | 5,2 | 4,5 | 0,9 | 0,6 | 5,6 | 6,4 |
| Rio G. Sul | 7,2 | 6,4 | 11,0 | 10,9 | 0,9 | 0,4 | 9,3 | 8,4 |
| Centro-Oeste | 9,1 | 9,8 | 17,8 | 17,7 | 2,2 | 1,7 | 3,6 | 5,3 |
| Mato G. Sul | 1,1 | 1,2 | 3,5 | 3,1 | 0,3 | 0,3 | 0,5 | 1,0 |
| Mato Grosso | 1,5 | 1,8 | 6,6 | 8,0 | 0,2 | 0,2 | 0,8 | 1,2 |
| Goiás | 2,6 | 2,7 | 7,4 | 6,3 | 1,6 | 1,2 | 1,8 | 2,6 |
| Distrito Federal | 3,9 | 4,1 | 0,3 | 0,3 | 0,0 | 0,0 | 0,5 | 0,5 |

Fonte: IBGE, Contas Regionais 2010, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

A complexidade da divisão regional e setorial do trabalho no Brasil

Os estudos mais recentes sobre a dinâmica do desenvolvimento regional brasileiro indicam que a perspectiva de análise pautada tradicionalmente nas desigualdades na escala das macrorregiões do IBGE (e os movimentos de concentração e desconcentração das atividades econômicas entre elas), não dá conta da

complexidade da diferenciação regional alcançada pelo País (Pacheco, 1998; Piquet, 2007; Guimarães Neto, 2012; Siqueira, 2010 e 2013). Foram decisivos para tal a crise da dívida externa nos anos 1980, a abertura comercial e financeira nos anos 1990 e suas implicações para a maior exposição da economia à ação de agentes externos, perda de capacidade e instrumentos do Estado e o ajuste produtivo defensivo em um quadro macroeconômico de baixas ta-

xas de crescimento. Ao mesmo tempo, mudanças no contexto político, transição demográfica, redução dos fluxos migratórios inter-regionais, precarização no mercado de trabalho, aumento do grau de urbanização e do número de cidades de porte intermediário, novas formas de organização do trabalho e da produção, dentre outros, são fatores que concorrem para o aumento da complexidade setorial e espacial do trabalho no País.

As mudanças macroeconô-

micas no período pós 2003, determinadas por um contexto internacional favorável às exportações de commodities e pelas políticas voltadas ao mercado interno (valorização do salário mínimo, expansão do crédito ao consumo e de trans-

atividades econômicas e atualização metodológica das Contas Regionais do IBGE, ainda permanecem limitações com relação ao fato de serem baseadas em pesquisas amostrais e não censitárias, cobertura de novas plantas e produtos, desagrega-

ainda que ao nível dos grandes setores, as quais estariam refletindo as tendências mais gerais da economia brasileira.

No setor agropecuário, mesmo sem mudanças na participação das macrorregiões, algumas UFs do Norte, Nordeste e Centro-Oeste se destacam (Rondônia, Maranhão e Mato Grosso), refletindo o avanço da ocupação da fronteira agrícola. Por outro lado, Minas Gerais, sob bases produtivas mais diversificadas, também aumentou sua participação no setor agrícola nacional.

Alterações mais significativas ocorreram na indústria extrativa mineral, sob forte efeito do aumento dos preços internacionais, se refletindo com mais intensidade no aumento da participação relativa do Norte (Pará), redução do peso do Nordeste (sendo isso mais importante no Rio Grande do Norte e na Bahia) e no âmbito do Sudeste, com Minas Gerais e Espírito Santo elevando seus percentuais relativos. O Rio de Janeiro, com seu PIB fortemente influenciado pela extração de petróleo, perdeu participação relativa (de 49% para 39,8%), porém, se destaca por ser o maior PIB da indústria extrativa nacional.

Na indústria de transformação, do ponto de vista macrorregional, o Nordeste perdeu 1 ponto percentual (por conta da Bahia) e o Centro-Oeste (com maior importância de Goiás) ganhou aumento de participação relativa. O Sudeste e São Paulo ainda concentram, respectivamente, cerca de 60% e 42% do PIB nacional da indústria de transformação. Porém, nessa região apenas Minas Gerais teve aumento de percentual relativo.

Considerações Finais

Sem a pretensão de cobrir todas as questões que envolvem a complexidade da diferenciação regional brasileira, buscou-

se destacar neste artigo a centralidade dessa temática para o debate do desenvolvimento nacional em suas várias dimensões (políticas, sociais, espaciais, econômicas etc.). Entretanto, desde os anos 1980, a questão regional brasileira foi, aos poucos sendo retirada, desprestigiada e totalmente eliminada da agenda política e das pesquisas acadêmicas, salvo raríssimas exceções. Diante das transformações pelas quais passa o País, espera-se que os efeitos da implementação de grandes projetos de investimentos e das políticas econômicas e sociais mais recentes impliquem em uma retomada do debate sobre as fortes diversidades e desigualdades regionais do País.

Referências

- BRENNER, N. *NEW STATE SPACES: URBAN GOVERNANCE AND THE RESCALING OF STATEHOOD*. OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2004.
- DINIZ, C. C. *DINÂMICA REGIONAL E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES. TEXTO PARA DISCUSSÃO, 471, UFMG/CEDEPLAR, 2013.*
- FERNÁNDEZ, V. R.; BRANDÃO, C. *ESCALAS Y POLÍTICAS DEL DESARROLLO REGIONAL. BUENOS AIRES, MIÑO Y DAVILA, 2010.*
- GUIMARAES NETO, L. *DESAFIOS PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL. ENTREVISTA ESPECIAL CONCEDIDA A NATAL, J.; SIQUEIRA, H. IN: REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS, v. 16, n.1, JAN/JUN, 2012.*
- PACHECO, C. A. *FRAGMENTAÇÃO DA NAÇÃO. CAMPINAS: IE-UNICAMP, 1998.*
- PIQUET, R. *INDÚSTRIA E TERRITÓRIO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO. RIO DE JANEIRO: GARAMOND, 2007*
- SIQUEIRA, H. *DESENVOLVIMENTO REGIONAL RECENTE NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: E-PAPERS, 2010.*
- SIQUEIRA, H. *DINÂMICA REGIONAL BRASILEIRA (1990-2012). IN: BRANDÃO, C.; SIQUEIRA, H. (ORG.). PACTO FEDERATIVO, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. SÃO PAULO, FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2014.*

O SETOR AGROPECUÁRIO, MESMO SEM MUDANÇAS NA PARTICIPAÇÃO DAS MACRORREGIÕES, ALGUMAS UFS DO NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE SE DESTACAM (RONDÔNIA, MARANHÃO E MATO GROSSO), REFLETINDO O AVANÇO DA OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA. POR OUTRO LADO, MINAS GERAIS, SOB BASES PRODUTIVAS MAIS DIVERSIFICADAS, TAMBÉM AUMENTOU SUA PARTICIPAÇÃO NO SETOR AGRÍCOLA NACIONAL.

ferências de renda), bem como a retomada de grandes projetos de investimento em infraestrutura econômica e construção habitacional, recolocaram as inércias e permanências no debate sobre o desenvolvimento regional desigual. Contraditoriamente, diante da manutenção de questões internas estruturais e das mudanças na divisão internacional do trabalho no sentido da China, grande demandante de bens intensivos em recursos naturais, dois importantes movimentos, a reprimarização da pauta de exportações e o desadensamento das cadeias produtivas, podem estar atuando no sentido da especialização regressiva das estruturas produtivas regionais e estaduais e na formação de enclaves.

É importante destacar que os estudos regionais encontram sérias dificuldades devido à ausência de estatísticas adequadas para analisar essas transformações produtivas em suas dimensões regionais. Apesar do importante esforço de revisões das séries estatísticas, tais como reclassificação das

ção espacial e descontinuidade nas séries históricas devido às revisões metodológicas.

As informações sobre o crescimento econômico regional do Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR) do Banco Central indicam, para o período 2004-2011, maiores taxas para regiões de menor participação no PIB nacional, tais como Norte (5,2%), Nordeste (5%), seguidas pelo Sudeste (4,6%), Centro-Oeste (4,2%) e Sul (1,9%). Com relação às taxas de crescimento do emprego formal, entre 2003-2012, também Norte, Nordeste e Centro-Oeste (5,1%, 4,1% e 3,9%) apresentaram taxas médias anuais de crescimento mais elevadas do que Sudeste e Sul (3,5% e 3,4%).

Levando em conta as considerações sobre as limitações metodológicas das séries estatísticas do PIB apontadas acima, no que se refere à distribuição regional e estadual do PIB nacional, não houve grandes mudanças. Entretanto, podem-se observar algumas alterações durante o período 2002-2011,

AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E FUNDO PÚBLICO: O PAPEL DO GOVERNO MUNICIPAL, EM CAMPOS DOS GOYTACAZES, POLO REGIONAL HISTÓRICO DESSE SEGMENTO, COMO UM DOS PILARES DA REPRODUÇÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NA REGIÃO.

ARTIGO

Os royalties e a sobrevivência da agroindústria canavieira no Norte Fluminense

RESUMO: ESTE TRABALHO PRETENDE DISCUTIR A RELAÇÃO RECENTE DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DO NORTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COM O FUNDO PÚBLICO. O ESTADO QUE, À ESCALA FEDERAL, HISTORICAMENTE, SUSTENTAVA O SETOR, RETIROU SUA TUTELA E PATROCÍNIO NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1990, PERMITINDO A ACELERAÇÃO DA DECADÊNCIA DESSE SEGMENTO DA ECONOMIA FLUMINENSE. A LUTA DO SETOR PELA SOBREVIVÊNCIA, NO NORTE FLUMINENSE, NOS ANOS 2000, CARREGA A PECULIARIDADE DA BUSCA PELA RECUPERAÇÃO DESSA ATIVIDADE ATRAVÉS DA ENTRADA DO SUBSÍDIO MUNICIPAL, POSSIBILITADO PELAS RENDAS PETROLÍFERAS, APÓS UM PERÍODO DE DECLÍNIO EM QUE O SETOR PRATICAMENTE DESAPARECEU. O APOIO DO GOVERNO MUNICIPAL, EM CAMPOS DOS GOYTACAZES, POLO REGIONAL HISTÓRICO DESSE SEGMENTO, TEM SIDO UM DOS PILARES DA REPRODUÇÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NA REGIÃO, PERMITINDO SUA VISIBILIDADE E A RETOMADA DOS INCENTIVOS EM NÍVEL ESTADUAL E FEDERAL.

PALAVRAS-CHAVE: ROYALTIES, AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA, NORTE FLUMINENSE, FUNDO PÚBLICO.

ABSTRACT: THIS WORK DISCUSSES THE RECENT RELATION BETWEEN THE SUGARCANE AGROINDUSTRY IN THE NORTHERN RIO DE JANEIRO STATE AND THE PUBLIC FUND. THE STATE THAT SUSTAINED THE INDUSTRY ON THE FEDERAL LEVEL, THROUGHOUT HISTORY, WITHDREW ITS PROTECTION AND ASSISTANCE IN THE EARLY 1990s, ALLOWING THE ACCELERATION OF THE DECAY OF THIS SEGMENT IN RIO'S ECONOMY. THE STRUGGLE FOR SURVIVAL OF THE SECTOR IN THE NORTH FLUMINENSE, IN THE 2000s, HAS THE CHARACTERISTIC OF SEEKING FOR RECOVERY OF THIS ACTIVITY BY MEANS OF THE ENTRANCE OF THE MUNICIPAL SUBSIDY, MADE POSSIBLE BY OIL REVENUES, AFTER A PERIOD OF DECLINE WHEN THE INDUSTRY PRACTICALLY DISAPPEARED. THE SUPPORT OF THE MUNICIPAL GOVERNMENT, IN CAMPOS DOS GOYTACAZES, HISTORICAL REGIONAL POLE OF THIS SEGMENT, HAS BEEN ONE OF THE BASIS OF THE REPRODUCTION OF THE SUGARCANE AGROINDUSTRY IN THE REGION, ALLOWING ITS VISIBILITY AND THE RESUMPTION OF INCENTIVES AT STATE AND FEDERAL LEVEL.

KEYWORDS: ROYALTIES; SUGARCANE AGROINDUSTRY; NORTH FLUMINENSE; PUBLIC FUNDS.

PAOLA BARROS DE FARIA FONSECA, ASSISTENTE SOCIAL; MESTRANDA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ, BOLSISTA CAPES, MEMBRO DO GRUPO DE PESQUISA "ESTADO, CLASSES TRABALHADORAS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL. 2003-2015. CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DOS ASSALARIADOS DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA FLUMINENSE" (UERJ/CNPQ/FAPERJ)

No estado do Rio de Janeiro, a região que tem história e representatividade na agroindústria canavieira é o Norte Fluminense, com destaque para o município de Campos dos Goytacazes, que concentra historicamente a produção de cana, açúcar e álcool. São mais de 300 anos de atividade. A região já contou com mais de 30 usinas, mas com a falta de investimento, a escassez de matéria-prima e o fim da intervenção em nível federal com o fechamento do IAA, Instituto do Açúcar e do Alcool (1933-1990), e o encerramento do Proálcool, Programa Nacional do Alcool (1975-1990), o parque industrial reduziu-se a três usinas em atividade, nessa se-

gunda década do século XXI, todas localizadas em Campos: a Companhia Açucareira Paraíso, considerada uma usina familiar, fruto de uma aquisição

Tabela 1 – Recursos municipais aprovados: 2003-2013

| BENEFICIÁRIOS | Recursos (milhões/R\$) | |
|---|------------------------|-----------|
| | Fundecam | Fundecana |
| Coagro | 8,5 | |
| Cooplanta (administrada pela Coagro) | | 28,0 |
| Alcool Indústria Canabrava | 14,7 | |
| Canabrava Agrícola (pertencente à Alcool Indústria Canabrava) | | 21,6 |
| HC Agroindústria (pertencente ao grupo da Usina Paraíso) | 12,0 | |

Fonte: Folha da Manhã; O Diário: (2003-2012). Elaboração própria.

feita por empresários nortestinos em 1967; a Cooperativa Agroindustrial do estado do Rio de Janeiro (Coagro), com projeto viabilizado através de recursos do Fundo de Desenvolvimento de Campos (Fundecam), que inaugura um novo modelo de gestão na região a partir de 2003, através de associação de plantadores de cana; e a Alcool Indústria Canabrava, projeto inicialmen-

te local, também com investimentos do Fundecam, que foi vendida em 2008 tornando-se uma empresa de acionistas (CRUZ, 2003; IAMAMOTO,

2012; REIS, 2012).

O declínio do setor é creditado pelos seus representantes aos grandes investimentos feitos no parque industrial, que levaram ao aumento do potencial de produção sem o aumento proporcional da matéria-prima, e culminaram em enormes dívidas com a União, o que inviabilizou a permanência de várias usinas. Contudo, a falência de alguns dos pila-

res desta atividade, como a forte intervenção e tutela em nível federal até a década de 1980, teve papel decisivo neste processo.

A desregulamentação formal do setor se dá em 1990 com a extinção do IAA. Para o Norte Fluminense, região especializada no açúcar cristal, de baixo valor agregado, as consequências da desregulamentação foram duramente sentidas. Faltava cana-de-açúcar e os recursos financeiros públicos não eram mais fartos.

A perspectiva de uma reviravolta começa a ganhar traços de realidade, na região, a partir de 2002, quando passa a ocorrer um direcionamento da administração pública municipal a favor da agroindústria canavieira – produção de cana-de-açúcar e seus derivados, açúcar e etanol – iniciando negociações, via Fundecam, para atender aos interesses dos fazendeiros e usineiros da região, tendo como fonte de financiamento os recursos municipais possibilitados pelas rendas petrolíferas. Assim, "(...) a elite do setor sucroalcooleiro pôde vislumbrar nas

receitas municipais oriundas da exploração do petróleo (royalties e participações especiais) nova fonte de recursos para financiar a sobrevivência da atividade” (SMIDERLE, 2010, p. 119).

A retomada da proteção do Estado: a política recente de reestruturação do setor canavieiro campista

O período de desregulamentação da agroindústria canavieira (1980/90), quando o governo federal sai de cena, leva o setor a uma forte crise, aparentemente terminal, na região. Mas, um novo panorama começa a surgir nos anos 2000, a partir de novas políticas de intervenção pública, desta vez em nível municipal, principalmente. A criação de dois fundos, no âmbito da prefeitura de Campos dos Goytacazes, Fundo de Desenvolvimento de Campos - Fundecam (2001) e Fundo de Desenvolvimento da Cana-de-Açúcar - Fundecana (2006), é responsável pelo fôlego financeiro que o setor tem ganhado. É importante destacar que o Fundecam foi criado com a finalidade de atrair indústrias para o município de Campos dos Goytacazes, visando principalmente à diversificação do parque industrial do município e, subsidiariamente, à integração de Campos dos Goytacazes no Complexo de Exploração e Produção de Petróleo e Gás, através de empresas deste segmento.

A principal novidade nos últimos anos foi que, na ausência do subsídio federal, o setor encontrou alternativa via intervenção financeira municipal, só possível porque o cofre público municipal goza de abundância depois da nova Lei do Petróleo (1997), que cria as Participações Especiais e aumenta o percentual pago a título de royalties, aumentan-

do exponencialmente os repasses, a partir de 1998, para alguns municípios privilegiados, dentre os quais o maior montante cabendo a Campos dos Goytacazes. Desde então, torna-se lugar comum a “tendência à instrumentalização das administrações municipais, possuidoras de recursos fartos decorrentes das rendas petrolíferas, para obtenção de toda a sorte de facilidades, isenções e apoio financeiro” (CRUZ, 2012, p. 46).

O Fundecam foi criado pela Prefeitura de Campos dos Goytacazes, em 2001, por meio da Lei nº 7084, e regulamentado pelo Decreto nº 147, em 31 de março de 2002, vigorando até 2011 quando o executivo municipal elabora um novo decreto, nº 11, de regulamentação do fundo, que passa a ser apelidado de Novo Fundecam, mas que mantém, na essência, a mesma estrutura.

Segundo o decreto vigente, em seu artigo 24, para ter acesso aos recursos do Fundecam o responsável pelo investimento deverá “provar sua situação junto ao mercado financeiro e garantir que não está inadimplente em outros financiamentos, mesmo que em fase de questionamento no Judiciário” (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2011, p. 1).

Em relação aos critérios para o pagamento da dívida, são cinco anos para quitar o financiamento, com um ano de carência, podendo aumentar para dois. Os contratos, divulgados pela imprensa, estabelecem juros de até 6% ao ano, mas, se a dívida for paga em dia, os juros serão devolvidos ao final, como bônus, reduzindo-se, portanto, a zero.

Mais tarde, em 2006, é lançado, pela Lei Municipal nº 7.829/06, alterado pela Lei 7.903/07 e regulamentado pelo Decreto nº 0376/2007, o Programa de Revitalização do Setor Canavieiro, que se

desdobra, no mesmo ano, no Fundo de Desenvolvimento da

usina revela que foi financiado pelo fundo R\$ 9.714.495,45,

A MANUTENÇÃO EM FUNCIONAMENTO DAS TRÊS USINAS, NA REGIÃO, TEVE, EM ALGUMA MEDIDA, RELAÇÃO COM OS FUNDOS SUPRACITADOS.

Cana-de-Açúcar-Fundecana, pois surge como linha especial de financiamento do Fundecam para investimentos na lavoura canavieira. Seu objetivo é o revigoramento da atividade canavieira, já que a principal reclamação dos usineiros é a pouca quantidade e baixa qualidade da matéria-prima.

A manutenção em funcionamento das três usinas, na região, teve, em alguma medida, relação com os fundos supracitados. Essa informação tem como fonte a imprensa escrita da região. Foram analisadas as edições de 2003 a 2012 dos jornais Folha da Manhã e O Diário.

A Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro (Coagro), obteve recursos/empréstimo do Fundecam para arrendar o parque industrial da antiga usina São José, desativada. Inicialmente, em março de 2003 foram liberados R\$ 4,780 milhões (PLANTADORES..., 2003). Em setembro de 2003, reportagem da Folha da Manhã divulga que os recursos já somavam R\$ 5,3 milhões (PREFEITO..., 2003). Em 2005, noticiou-se que o Fundecam havia liberado recursos da ordem de R\$ 7 milhões (COAGRO..., 2005). Em 2006, os recursos até então empregados giravam em torno de R\$ 8,5 milhões, segundo reportagem (GOMES, 2006).

Em relação a usina Canabrava, esta teve seu projeto inicial elaborado por empresários campistas, e contou com o financiamento do Fundecam. Reportagem de 2009 sobre a

nesta primeira fase. O projeto dos empresários locais não se desenvolveu e a usina foi vendida. O novo comprador assumiu esta dívida e ganhou aprovação, em 2009, de mais R\$ 5 milhões, do mesmo fundo (USINA..., 2009).

Já a usina Paraíso não teve investimentos via financiamento pelo Fundecam divulgados na imprensa. Mas foi montada pelo grupo proprietário da usina uma nova empresa de produção de n-butanol e acetona, tendo como matéria prima a cana-de-açúcar. A HC Agroindústria Ltda, do mesmo grupo da Usina Paraíso, e situada anexa à usina, obteve R\$ 12 milhões em investimentos pelo Fundecam, liberados nos anos de 2005 e 2006 (GOMES, 2005).

A respeito do Fundecana, este fundo, em 2007, disponibilizou R\$ 10 milhões, ficando o recurso sob a responsabilidade da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais Fluminenses -Cooplanta (criada pela Asflucan - Associação Fluminense dos Plantadores de Cana, para tomar o empréstimo), para esta selecionar os produtores e liberar o crédito, podendo chegar até R\$ 50 mil por produtor, tendo, os produtores, três anos para pagar, e carência de dezoito meses (GOMES, 2007). Esse recurso foi referente a 2006 e 2007 e teve urgência em ser liberado devido à enchente que atingiu o município, levando a destruição de várias plantações. Foi um ano de prejuízo também devido à interdição de

principal ponte que que atravessa o município, por onde se fazia o transporte da cana.

Em 2010 o executivo municipal revoga o decreto anterior e elabora um novo, nº 256/2010, criando o Novo Fundecana. O programa continua o mesmo, a mudança foi só na nomenclatura. O Novo Fundecana, lançado oficialmente em 2011, teve projeto aprovado, de R\$ 39,7 milhões, para o plantio de cana. A Cooplanta, que tem a Coagro com integradora, teve aprovação de R\$ 18 milhões; já a Canabrava Agrícola, pertencente a Álcool Indústria Canabrava, teve aprovação de R\$ 21,67 milhões (ROSINHA..., 2011).

A partir das publicações nos periódicos locais, constatou-se que, dos cofres municipais, são mais de R\$ 84 milhões entre recursos liberados e recursos aprovados, que serão liberados gradativamente para o outrora ineficiente e moribundo setor sucroalcooleiro regional, leia-se de Campos dos Goytacazes, evidência contumaz dessa nova dependência do setor em relação ao governo municipal, através de um recurso finito. Segundo Cruz (2003): “Mais do que uma economia do petróleo, estaríamos diante de uma economia dos royalties, do ponto de vista regional, qual seja, do ponto de vista dos recursos estratégicos para o desenvolvimento regional; esta seria a fonte dos novos regionalismos” (p. 323).

Considerações Finais

O Estado, especialmente a partir da fase conhecida como capitalismo tardio (MANDEL, 1982), tem sido chamado a atuar na provisão das condições gerais de produção e reprodução do capital. Neste cenário, o Fundo Público aparece como imprescindível para viabilizar tal tarefa.

Apesar do discurso de abandono, evocado pelos representantes locais do setor agroindustrial canavieiro, o Estado nunca esteve totalmente ausente, retornando como importante pilar nos últimos anos, principalmente em nível municipal, com o objetivo discursivo de “inserir o Norte Fluminense no mapa do agronegócio”.

A perspectiva do etanol como “combustível do futuro” tem sido uma das armas utilizadas pelos empresários, na região, para angariar recursos, enquanto advogam que a lenta incorporação de medidas que melhorem as condições de trabalho na agroindústria canavieira é o revés necessário à concretização de um futuro promissor, que demanda sacrifício de “todos”.

Contudo, mesmo com pouca expressão no mercado, seus representantes estão efusivos, os jornais já declaram “a reviravolta da agroindústria”, baseados, certamente, nos pacotes de incentivos previamente garantidos ao setor por entes municipais, estaduais e

federais, sob a liderança das poucas usinas em atividade e com as expectativas da abertura de novas usinas, como a reativação da Usina Sapucaia, prevista para 2015.

Mas esse futuro, na região, depende, em parte significativa – dado o seu peso na atual “recuperação” do segmento na região – das rendas petrolíferas, as quais se encontram ameaçadas pela Emenda Ibsen, que pulveriza esses recursos nacionalmente. Assim, é impossível não indagar: quais serão as novas “alternativas” e “estratégias” de reprodução que o setor buscará se houver um esvaziamento do cofre municipal?

Referências Bibliográficas

CAMPOS DOS GOYTACAZES. DECRETO Nº. 11/2011, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011. DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - FUNDECAM. DIÁRIO OFICIAL, CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ, 10 FEV. 2011, SEÇÃO 1, P. 1.

COAGRO GERA EMPREGO E RENDA. O DIÁRIO, CAMPOS DOS GOYTACAZES, 09 FEV. 2005. ECONOMIA, P. 4.

CRUZ, J. L. V. A RETOMADA DO CRESCIMENTO BRASILEIRO E A REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. VÉRTICES, CAMPOS DOS GOYTACAZES, V. 14, N. ESPECIAL 1, P. 31-61, 2012.

_____. PROJETOS NACIONAIS, ELITES LOCAIS E REGIONALISMO: DESENVOLVIMENTO E DINÂMICA TERRITORIAL NO NORTE FLUMINENSE. 331 F. TESE (DOCTORADO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL) - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, UNIVERSIDADE

FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, 2003.

GOMES, T. FUNDECAM CONTEMPLA SETOR SUCROALCOOLEIRO. FOLHA DA MANHÃ, CAMPOS DOS GOYTACAZES, 23 SET. 2005. ECONOMIA, P. 10.

_____. FUNDECAM INJETA R\$ 20 MILHÕES EM INDÚSTRIAS. FOLHA DA MANHÃ, CAMPOS DOS GOYTACAZES, 11 JUN. 2006. ECONOMIA, P. 9.

_____. FUNDECANA PRONTO PARA BB LIBERAR. FOLHA DA MANHÃ, CAMPOS DOS GOYTACAZES, 25 ABR. 2007. ECONOMIA, P. 9.

IAMAMOTO, M. V. ESTADO, CLASSES TRABALHADORAS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL (2003-2015) CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DOS ASSALARIADOS DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA FLUMINENSE. PROCÍNCIA UERJ/FAPERJ, 2012.

MANDEL, E. CAPITALISMO TARDIO. SÃO PAULO: ABRIL CULTURAL, 1982.

PLANTADORES DA COAGRO JÁ ADMINISTRAM A SÃO JOSÉ. FOLHA DA MANHÃ, CAMPOS DOS GOYTACAZES, 20 MAR. 2003. ECONOMIA, P. 8.

PREFEITO VISITOU USINA SÃO JOSÉ. FOLHA DA MANHÃ, CAMPOS DOS GOYTACAZES, 27 SET. 2003. ECONOMIA, P. 8.

REIS, S. DE O. UM ESTUDO SOBRE A CONDIÇÃO OPERÁRIA NO SETOR SUCROALCOOLEIRO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES. QUALIFICAÇÃO PARA DOUTORAMENTO. UERJ, 2012.

ROSINHA LANÇA FUNDECANA E LIBERA R\$39,7 MILHÕES. O DIÁRIO, CAMPOS DOS GOYTACAZES, 07 MAI. 2011. POLÍTICA P. 3.

SMIDERLE, D. A. V. O MULTIFORME DESAFIO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ) – FUNDAÇÃO CULTURAL JORNALISTA OSWALDO LIMA, 2010.

USINA CANABRAVA SERÁ INAUGURADA HOJE. O DIÁRIO, CAMPOS DOS GOYTACAZES, 10 NOV. 2009. GERAL, P. 8.

*Consulte o Banco de Artigos, Teses, Estudos e Legislação
do site Royalties do Petróleo*

www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br

Documentos legais • Análises sobre distribuição e aplicação dos royalties • Impactos territoriais • Efeitos sobre as finanças públicas • Desenvolvimento nas regiões petrolíferas • **INFOROYALTIES**

O NOVO MARCO REGULATÓRIO EXPEDIDO PELA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO E AS DISCUSSÕES ACERCA DA EXPLORAÇÃO DE GÁS NATURAL EM RESERVATÓRIOS CLASSIFICADOS COMO NÃO CONVENCIONAIS, MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DA TÉCNICA DO FRATURAMENTO HIDRÁULICO.

■ ARTIGO ■

Shale Gas: o novo marco regulatório da ANP

RESUMO: O PRESENTE TRABALHO TEM POR OBJETIVO FORNECER UM PANORAMA SOBRE AS DISCUSSÕES QUE TÊM SIDO TRAVADAS ACERCA DA EXPLORAÇÃO DE GÁS NATURAL EM RESERVATÓRIOS CLASSIFICADOS COMO NÃO CONVENCIONAIS, MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DA TÉCNICA DO FRATURAMENTO HIDRÁULICO, ANALISANDO O NOVO MARCO REGULATÓRIO EXPEDIDO PELA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. DESSA FORMA, APÓS UMA BREVE INTRODUÇÃO A RESPEITO DOS CONCEITOS ENVOLVIDOS NO DEBATE, PASSA-SE A APONTAR AS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELA RESOLUÇÃO Nº 21/2014, PUBLICADA EM 11 DE ABRIL DE 2014. É APRESENTADO, AINDA, O PAPEL QUE ESTE NOVO TEXTO REGULATÓRIO HÁ DE EXERCER NO CONTEXTO DAS CONTRATAÇÕES FIRMADAS NA 12ª RODADA DE LICITAÇÕES.

PALAVRAS-CHAVE: SHALE GAS. NOVO MARCO REGULATÓRIO. 12ª RODADA DE LICITAÇÕES.

ABSTRACT: THE PRESENT WORK GIVES AN OVERVIEW OF THE DISCUSSIONS REGARDING THE EXPLORATION OF NATURAL GAS IN UNCONVENTIONAL RESERVOIRS, BY MEANS OF HYDRAULIC FRACTURING PROCESS. IN ADDITION, IT ANALYSES THE NEW REGULATORY FRAMEWORK ISSUED BY THE NATIONAL AGENCY OF PETROLEUM, NATURAL GAS AND BIOFUELS ABOUT THIS ISSUE. THEREFORE, AFTER A BRIEF INTRODUCTION REGARDING THE CONCEPTS INVOLVED IN THE DEBATE, THE WORK INDICATES THE MAIN INNOVATIONS BROUGHT BY THE RESOLUTION N. 21/2014, PUBLISHED ON APRIL 11TH, 2014, FOCUSING ON THE ROLE THAT THIS NEW REGULATORY STATUTE WILL PLAY IN THE CONTEXT OF THE CONTRACTS SIGNED AS A RESULT OF THE 12TH BIDDING ROUND.

KEYWORDS: SHALE GAS. NEW REGULATORY FRAMEWORK. 12TH BIDDING ROUND.

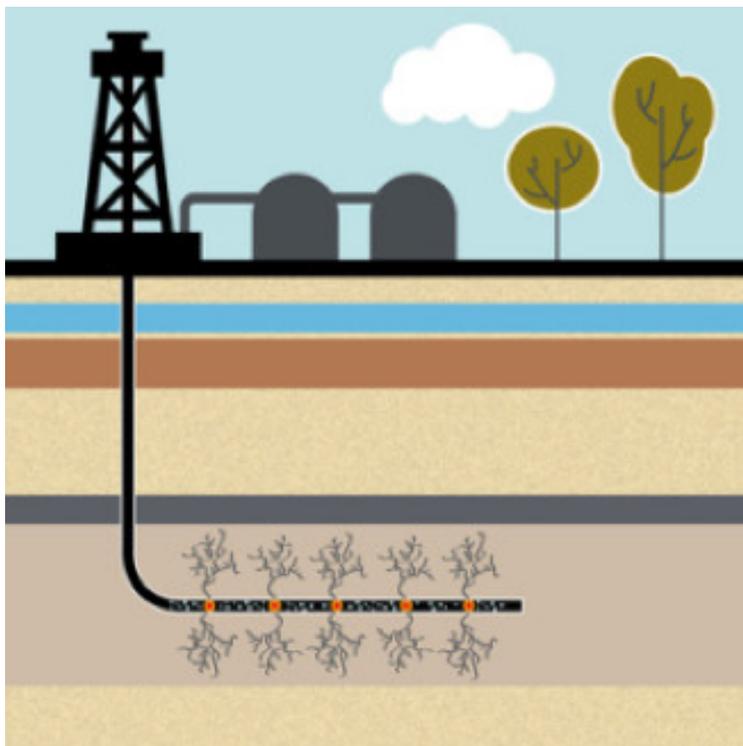
GUILHERME MOREIRA LOURES DA COSTA, BACHAREL EM DIREITO, ESPECIALISTA EM DIREITO ADMINISTRATIVO ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO – ANP

LAÍS PALAZZO ALMADA, BACHAREL EM DIREITO, MESTRANDA EM ENERGIA PELO IEE/USP. ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO – ANP

A exploração do gás natural em reservatórios não convencionais (shale gas) vem sendo objeto de divergência não só na sociedade brasileira como também no âmbito do próprio Poder Judiciário. Apesar do interesse que o assunto tem despertado nos últimos tempos, ainda persistem muitas dúvidas e informações desencontradas sobre o tema. Diante disso, o objetivo do presente artigo é esclarecer alguns desses aspectos controvertidos, tendo por base, especialmente, a 12ª Rodada de Licitações, promovida pela ANP.

O termo shale gas – muitas vezes, impropriamente, traduzido como “gás de xisto” – é, na verdade, um “gás de folhelho”. O termo “folhelho” denota um tipo específico de formação rochosa sedimentar em que este gás pode ser encontrado.

Trata-se de uma formação caracterizada por baixos ní-



Fonte: ANGLICITY, 2013

veis de porosidade e de permeabilidade, em função da presença de grãos de tamanho argila, organizados em lâminas finas e esfoliáveis, variando entre 0,05mm e 1mm de espessura. Possui notável potencial para a acumulação de matéria orgânica, o que o leva a exercer a

função de rocha geradora no âmbito dos sistemas petrolíferos (UNESP, 2003).

A exploração de gás em reservatório “convencional”, por sua vez, é aquela que objetiva a extração desse hidrocarboneto em rochas reservatórios. Para cada caso, usam-se métodos de lavra e tecnologias de extração notadamente distintas – o que justifica a existência de normas regulatórias específicas.

Contudo, em termos de composição química, não existe qualquer diferença entre o gás natural extraído de reservatórios não convencionais e o gás extraído de fontes convencionais. Substancialmente, trata-se do mesmo gás natural, de sorte que a diferença entre ambos é apenas quanto à origem (ANP, 2013a).

Nos últimos anos, a exploração de hidrocarbonetos em fontes não convencionais tem se desenvolvido em maior escala nos Estados Unidos, onde se verificou existência de extensas reservas de gás natural, especialmente, em formações shale. O aproveitamento deste potencial tem conduzido a uma reviravolta na matriz energética americana, com a diminuição da dependência externa, a que-

DEFINE-SE O FRATURAMENTO HIDRÁULICO COMO UMA TÉCNICA DE ESTIMULAÇÃO DE POÇO POR MEIO DA QUAL ÁGUA CONTENDO ADITIVOS ESPECIAIS E PROPANTES É BOMBEADA EM ALTA PRESSÃO PARA DENTRO DO POÇO.

da de preços no mercado interno, e a dinamização das economias locais (VALOR ECONÔMICO, 2012, 2014; CAMARGO et. al., 2014).

Apesar do demonstrado potencial para a geração de renda e para a dinamização do mercado de energia, a exploração do gás de folhelho ainda divide países e sociedades. O debate gira em torno da aplicação da técnica do fraturamento hidráulico, utilizada pela indústria para maximizar a produção de óleo e gás natural em reservatórios caracterizados como “não convencionais”, tornando-a economicamente viável.

Em breves palavras, define-se o fraturamento hidráulico como uma técnica de estimulação de poço por meio da qual água contendo aditivos especiais e propantes é bombeada em alta pressão para dentro do poço, criando fissuras nas áreas de interesse. Nesse sentido, os agentes propantes são utilizados com a finalidade de impedir, fisicamente, o posterior fechamento das fraturas, possibilitando o escoamento das moléculas de hidrocarbonetos (ANP, 2013a).

Os questionamentos a respeito desta técnica versam, basicamente, sobre os danos ambientais que a utilização do Fraturamento Hidráulico em Reservatórios Não Convencionais (FHRNC) poderia vir a causar, caso ignoradas as devidas cautelas. De um modo geral, fala-se em risco de contaminação de mananciais subterrâneos (aquíferos), problemas decorrentes do descarte do efluente gerado, e, mesmo, a potencial indução de sismos.

Embora legítima a preocupação com a possibilidade de tais danos, é importante reconhecer que a ANP tem empreendido esforços no sentido de assegurar que as

atividades de exploração do shale gas em território brasileiro sejam desempenhadas de forma eficiente, e sem prejuízo ao meio ambiente.

Nessa linha, justo no intuito de promover o equilíbrio entre os interesses envolvidos,

**EMBORA LEGÍTIMA A PREOCUPAÇÃO COM A
POSSIBILIDADE DE TAIS DANOS, É IMPORTANTE
RECONHECER QUE A ANP TEM EMPREENDIDO
ESFORÇOS NO SENTIDO DE ASSEGURAR QUE AS
ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DO SHALE GAS EM
TERRITÓRIO BRASILEIRO SEJAM DESEMPENHADAS
DE FORMA EFICIENTE, E SEM PREJUÍZO AO MEIO
AMBIENTE.**

foi publicada, em 11 de abril de 2014, a Resolução ANP nº 21/2014, a qual estabelece o marco regulatório para a execução de atividades de FHRNC.

Dentre as disposições desse texto normativo (ANP, 2014a), constam diversas obrigações imputadas aos Operadores, tais como:

(i) elaborar um Sistema de Gestão Ambiental que contemple o controle dos efluentes gerados em razão da prática do FHRNC (art. 2º e 3º);

(ii) garantir a proteção dos corpos hídricos e solos da região, evitando-se, ainda, que as fraturas provocadas alcancem distância menor que 200m em relação a quaisquer poços de água de uso humano (art. 4º e 7º, par. único);

(iii) obter, junto aos órgãos competentes, tanto a licença para a execução de atividades de FHRNC, quanto a autorização para a utilização de recursos hídricos (art. 8º); e, ainda,

(iv) elaborar um projeto de poço que identifique os ris-

cos relacionados às atividades de FHRNC, permitindo o seu gerenciamento (art. 10).

Ressalte-se que a edição de tais normas mostrava-se bastante necessária, já que, no cenário anterior, em razão da ausência de regras

específicas, não havia limites formais para a atuação dos Concessionários para o desenvolvimento desta atividade, visto que não se exigiam quaisquer obrigações adicionais e específicas em matéria de segurança.

De fato, em razão da definição de “bloco” trazida pela Lei do Petróleo, não havia impedimentos a que os Operadores promovessem a exploração de gás inclusive no âmbito das rochas geradoras, desde que respeitado o prisma vertical objeto de concessão. Portanto, é preciso admitir que a iniciativa da ANP de regular este tipo de operação veio em boa hora.

Por certo, descabe alegar que a ANP, ao normatizar tal atividade, teria extravasado o seu círculo de competências. Afinal, a atribuição regulatória conferida à ANP ampara-se no próprio texto constitucional, sendo ainda relevante frisar que a Lei nº 9.478/99 em momento algum chega a reduzir o escopo dessa atribuição em função da origem do hidrocarboneto objeto de exploração.

Disso se conclui que, mesmo no que toca os hidrocarbonetos contidos em reservatórios não convencionais, a competência regulatória cometida à ANP permanece íntegra – curvando-se, tão somente, diante de uma eventual lei (em sentido estrito) que venha a dispor sobre a matéria.

No mais, passando-se à temática da 12ª Rodada de Licitações, autorizada por meio da Resolução CNPE nº 06, de 25 de junho de 2013, cumpre pontuar que o certame foi motivado, em grande medida, pela intenção de fomentar as atividades de exploração e produção de óleo e gás em áreas terrestres que, até o presente momento, não haviam sido suficientemente estudadas.

Nessa linha, pretendeu-se estimular a produção de conhecimento geológico acerca dessas bacias classificadas como de “nova fronteira”, permitindo-se, ainda, que outras localidades pudessem, eventualmente, gozar dos vários benefícios econômicos decorrentes do desenvolvimento da indústria dos hidrocarbonetos.

Pelo que se vislumbra no texto da mencionada resolução, é certo que foram escolhidas para licitação áreas com potencial para produção de gás natural, tendo sido admitida, expressamente, a possibilidade de exploração de reservatórios considerados não convencionais – também aqui, no intuito de se estimular o conhecimento e o aproveitamento de um recurso até hoje pouco explorado no cenário brasileiro. Sem dúvida, isto motivou a própria edição da Resolução ANP nº 21/2014, de forma a evitar que tal exploração fosse praticada sem quaisquer balizas regulatórias.

Entretanto, disso não se

infeire que tenha se tornado obrigatória a utilização da técnica FHRNC no âmbito dos contratos firmados com base na 12ª Rodada de Licitações. Houve, pelo contrário, apenas a obrigatoriedade de se perfurar o poço até a profundidade da rocha geradora (ANP, 2014b).

De outra parte, baseando-se na experiência vivenciada por outros países e em estudos doutrinários, a ANP concluiu que os modelos dos Contratos de Concessão de E&P até então celebrados, por conterem previsão de fases fixas de exploração e de produção e um limite temporal para a declaração da comercialidade, não seriam adequados às particularidades envolvidas na produção de hidrocarbonetos em reservatórios não convencionais.

Para fazer frente a essas particularidades, o modelo de Contrato de Concessão adotado para a 12ª Rodada de Licitações passou a prever tratamento próprio. No caso de sucesso da exploração promovida em reservatórios não convencionais, passou-se a admitir períodos exploratórios mais dilatados: a chamada “Fase Exploratória Estendida” (ANP, 2014b).

Considerando tal situação, pode-se facilmente deduzir que ainda transcorrerão alguns anos até que os blocos concedidos sob a égide da 12ª Rodada de Licitações comecem a ser perfurados e as primeiras atividades de FHRNC sejam realizadas. Nesse ínterim, espera-se que a indústria promova os investimentos necessários para a sua plena aderência aos termos da Resolução ANP nº 21/2014, e que, de outra parte, os órgãos ambientais invistam em capacitação de forma a atender aos anseios da sociedade.

Sem sombra de dúvida, existem vantagens relevan-

tes em se promover uma maior participação do gás natural no seio da matriz energética brasileira. Por exemplo, trata-se de uma fonte energética menos poluente que o petróleo e o carvão, uma vez que a maior parte dos resíduos danosos tende a ser eliminada já na etapa de processamento primário. De outra parte, trata-se de um recurso de grande valia para a indústria, especialmente, em virtude do seu alto poder calorífico e da sua eficiência para a geração de energia elétrica (PINTO JÚNIOR, 2007).

Seguramente, o estímulo a modalidades inovadoras de exploração e produção do gás natural – mormente, em reservatórios considerados “não convencionais” – possibilitará dar um passo a mais nesse processo, rumo a um cenário tão proveitoso quanto que tem sido experimentado, atualmente, nos Estados Unidos.

NOTAS

1- CONSTAM, ATÉ O MOMENTO, OS PROCESSOS: Nº 5005509-18.2014.404.7005, DISTRIBUÍDO À 1ª VARA FEDERAL DE CASCAVEL/PR, E Nº 5005610-46.2013.4.01.4003, DISTRIBUÍDO À VARA FEDERAL DE FLORIANO/PI.

2- NO CENÁRIO INTERNACIONAL, CAMPANHAS FORAM LANÇADAS NO INTUITO DE BANIR A UTILIZAÇÃO DAS TÉCNICAS DE EXPLORAÇÃO DE HIDROCARBONETOS EM RESERVATÓRIOS NÃO CONVENCIONAIS, O QUE SE PERCEBE EM PORTAIS TAIS COMO <HTTP://FRACK-OFF.ORG.UK/FRACKING-HELL/> (ACESSO EM 10/06/2014) E <HTTP://WWW.FOODANDWATERWATCH.ORG/WATER/FRACKING/> (ACESSO EM 10/06/2014). JÁ, NO BRASIL, AS QUESTÕES POLÊMICAS VIERAM À TONA EM FINS DE 2013, EM RAZÃO DO PROCESSO DE APROVAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 21/2014 DA ANP. ADEMAIS, O TEMA ALCANÇOU O PODER JUDICIÁRIO, TENDO HAVIDO A EXPEDIÇÃO DE LIMINARES SUSPENDENDO A EXPLORAÇÃO DE RECURSOS EM RESERVATÓRIOS NÃO CONVENCIONAIS.

3- PARA ESCLARECIMENTO, VIDE A NOTA TÉCNICA Nº 345/SSM/2014, DISPONÍVEL

EM: <HTTP://WWW.ANP.GOV.BR/?ID=550> ACESSO EM: 10/06/2014.

4- VIDE, AINDA, A DEFINIÇÃO CONTIDA NA RESOLUÇÃO ANP Nº 21/2014, ART. 1º, INC. XIV.

5- RESOLUÇÃO ANP Nº 21/2014, ART. 1º, INC. XI.

6- TAL LACUNA CHEGOU A SER SALIENTADA PELO PROCURADOR FEDERAL OLAVO BENTES DAVID, QUANDO DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2013 (ANP, 2013B). SOBRE A SEGURANÇA JURÍDICA TRAZIDA PELO NOVO MARCO REGULATÓRIO, VIDE MAZZA, M. E MOREIRA, L. (2014).

7- LEI Nº 9.478/99, ART. 6º, XIII.

8- CF, ART. 177, INC. I, C/C § 2º, III.

9- LEI Nº 9.478/99, ART. 8º C/C ART. 6º, INC. I E II.

10- RESOLUÇÃO CNPE Nº 6/2014, ART. 2º, INC. I.

11- IBID., ART. 2º, INC. I E II.

12- V. CLÁUSULA 5.11. TRATA-SE DE UMA OBRIGAÇÃO INÉDITA, QUE NÃO CONSTAVA NOS CONTRATOS FIRMADOS ATÉ A 11ª RODADA, E QUE TEM POR FINALIDADE PERMITIR O CONHECIMENTO DOS RESERVATÓRIOS NÃO CONVENCIONAIS EM TERRITÓRIO BRASILEIRO.

13- V. CLÁUSULA 1.3.23.

Referências:

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP. NOTA TÉCNICA Nº 345/SSM/2013, 2013A. DISPONÍVEL EM: < HTTP://WWW.ANP.GOV.BR/?ID=550> ACESSO EM 10 JUN 2014.

_____. AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 30/2013 – SÚMULA, 2013B. DISPONÍVEL EM: < HTTP://WWW.ANP.GOV.BR/?ID=550> ACESSO EM 10 JUN 2014

_____. RESOLUÇÃO ANP Nº 21, DE 10 DE ABRIL DE 2014, 2014A. DISPONÍVEL EM:

<HTTP://NXT.ANP.GOV.BR/NXT/GATEWAY.DLL/LEG/RESOLUCOES _ ANP/2014/ABRIL/RANP%2021%20-%202014.XML?FN=DOCUMENT-FRAMESET.HTM\$F=TEMPLATES\$3.0> ACESSO EM 10 JUN 2014

_____. CONTRATO DE CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL, 2014B. DISPONÍVEL EM: < HTTP://WWW.BRASIL-ROUNDS.GOV.BR/ROUND _ 12/ > ACESSO EM 10 JUN 2014

ANGLICITY. FRACKING IN EUROPE. 14 OUT 2013. DISPONÍVEL EM: <HTTP://ANGLICITY.COM/FRACKING-IN-EUROPE/>

ACESSO EM: 10 JUN 2014.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, DE 5 DE OUTUBRO DE 1988. DISPONÍVEL EM: < HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCVIL _ 03/CONSTITUICAO/CONSTITUICAO.HTM> ACESSO EM 14 MAI 2014.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997. DISPONÍVEL EM: < HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCVIL _ 03/LEIS/L9478.HTM >. ACESSO EM 30 DE ABR 2014.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. LEI Nº 11.909, DE 4 DE MARÇO DE 2009. DISPONÍVEL EM: <HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCVIL _ 03/ _ ATO2007-2010/2009/LEI/L11909.HTM> ACESSO EM 10 DE JUN 2014.

CAMARGO, T. R. M. D., ET AL. MAJOR CHALLENGES FOR DEVELOPING UNCONVENTIONAL GAS IN BRAZIL. WILL WATER RESOURCES IMPEDE THE DEVELOPMENT OF THE COUNTRY'S INDUSTRY? RESOURCES POLICY, 2014. DISPONÍVEL EM: <HTTP://DX.DOI.ORG/10.1016/J.RESOURPOL.2014.03.001>, ACESSO EM 10 JUN 2014.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA – CNPE. RESOLUÇÃO Nº 6, DE 25 DE JUNHO DE 2013. DISPONÍVEL EM: <HTTP://WWW.MME.GOV.BR/MME/MENU/CONSELHOS _ COMITE/CNPE/CNPE _ 2013.HTML> ACESSO EM 10 JUN 2014.

MAZZA, M. E MOREIRA, L. APROVADO PRIMEIRO MARCO REGULATÓRIO DO GÁS NÃO CONVENCIONAL, 2014. DISPONÍVEL EM: <HTTP://WWW.CONJUR.COM.BR/2014-JUN-10/APROVADO-PRIMEIRO-MARCO-REGULATORIO-GAS-NAO-CONVENCIONAL> ACESSO EM 11 JUN 2014.

PINTO JÚNIOR, H. Q. (ORG.). ECONOMIA DA ENERGIA. 2ª REIMPRESSÃO. RIO DE JANEIRO: ELSEVIER, 2007.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP. BANCO DE DADOS MUSEU “HEINZ EBERT”, 2003. DISPONÍVEL EM: <HTTP://WWW.RC.UNESP.BR/MUSEUDPM/BANCO/INDEX.HTML> ACESSO EM 10 JUN 2014.

VALOR ECONÔMICO. EUA RUMAM PARA ELIMINAR DEPENDÊNCIA ENERGÉTICA, 10 FEV 2012. DISPONÍVEL EM: < HTTP://WWW.VALOR.COM.BR/INTERNACIONAL/ > ACESSO EM 10/06/2014.

_____. XISTO DEIXA EUA PERTO DA INDEPENDÊNCIA ENERGÉTICA, 20 JAN 2014. DISPONÍVEL EM: < HTTP://WWW.VALOR.COM.BR/INTERNACIONAL/>. ACESSO EM 10/06/2014

CANADA AND ITS SPACES - THE TERRITORIAL SCENE OF TRANSITION REVEALS THAT THE FUTURE ROLE AND POSITION OF LOCAL MOBILIZATIONS AND ACTORS ARE ACTUALLY UNDER CONSTRUCTION. A KIND OF TERRITORIAL TRANSITION TOWARDS AN HYBRID MODEL IS STILL NEEDED.

■ ARTIGO ■

Canada and its Spaces: a Northern Extractivism in Transition ?

ABSTRACT: THE RESOURCE CURSE THESIS IS STILL ACCURATE TO DISCUSS THE LIMITS OF THE EXTRACTIVIST MODEL OF DEVELOPMENT IN AMERICAS. CANADA'S POLITICAL ECONOMY GENERATED AN ORIGINAL THEORIZATION, NAMED THE STAPLES, TO TAKE INTO ACCOUNT THE ROLE OF NATURAL RESOURCES IN THE HISTORICAL DEVELOPMENT TRAJECTORY AND ALSO INTO CONTEMPORARY STRATEGIES OF FEDERAL AND PROVINCIAL POLITICAL INSTITUTIONS. THERE IS STILL A STRUGGLE AROUND THE PRIMARIZATION OF CANADIAN'S POLITICAL ECONOMY: IN ECONOMICAL TERMS, ACTORS' STRATEGIES DEAL WITH GROWING TENSIONS BETWEEN THE STAPLES INHERITED MODEL AND THE EMERGING KNOWLEDGE ECONOMY, IN SPITE OF

MORE AND MORE CONTESTATIONS; IN POLITICAL TERMS, THE INSTITUTIONAL ARMATURE OF RESOURCES EXPLOITATION (POLICY REGIMES) TENDS TO OPEN UP TO NEW ACTORS, BUT THIS TREND IS LIMITED IN COMPARISON WITH THE COLONIAL INSTITUTIONAL HERITAGE. FINALLY, THE TERRITORIAL SCENE OF TRANSITION REVEALS THAT THE FUTURE ROLE AND POSITION OF LOCAL MOBILIZATIONS AND ACTORS ARE ACTUALLY UNDER CONSTRUCTION: A KIND OF TERRITORIAL TRANSITION TOWARDS AN HYBRID MODEL IS STILL NEEDED.

KEYWORDS : DEVELOPMENT, TERRITORY, RESOURCE, POLICY REGIME, STAPLE, CANADA.

YANN FOURNIS, GRIDEQ/ CRDT,
UNIVERSITÉ DU QUÉBEC À RIMOUSKI

MARIE-JOSÉ FORTIN, CHAIRE DE
RECHERCHE DU CANADA EN DÉVEL-
OPPEMENT RÉGIONAL ET TERRITORIAL,
GRIDEQ/ CRDT, UNIVERSITÉ DU
QUÉBEC À RIMOUSKI

Innis and M. Watkins, demonstrated that the role played by natural resources within Canada's political economy has hindered the development of an integrated economy, proper and coherent, and led to an over-specialization in the

policies regarding the intensification of natural resource development (forestry, shale gas, hydro-electricity, agriculture) and land development (expansion towards northern regions).

However, one item of novel-

are becoming apparent, with the growth of unseen contestations and deep reflection leading to new hypotheses regarding the economic transition of Canadian development ("post-staple") (Hutton, 2007). Are we witnessing a reconfiguration of the model or, at the very least, adjustments being made that would be favourable to regions and their residents? Without pretending to know the answer to this ambitious question, let us examine the three pillars of the model (economic, political and territorial) from a Québec point of view.

Can we escape the "resource curse"? Debates in Latin America have recently highlighted the limits of the extractivist model, where economic development is based on the intensive development of natural resources, the over-specialization in mono-industrial production and the incessant conquest of new resource spaces (Svampa, 2011). Questions are as pertinent in Canada as its historic building rests on the combination of a deep contribution in both colonial (with Europe) and continental (with the United States) economic exchanges founded on natural resources and an ambitious strategy of State affirmation (de facto independence, robust welfare state, proper economic policy, etc.). This contradiction dating back to the establishment of the Canadian nation-state has led to a scientific reflection which, following the analysis of H.

SURPRISINGLY, THE DEBATE IS FAR FROM BEING UNIQUELY HISTORIC TO CANADA. IT CROSSES PATHS WITH THE CURRENT STRATEGIES OF SEVERAL MAJOR PLAYERS.

development of resources for export (model referred to as "staples – raw materials") (Hayter, Barnes, 2001; Stanford, 2014).

Surprisingly, the debate is far from being uniquely historic to Canada. It crosses paths with the current strategies of several major players. For example, the federal government has been leading an aggressive policy over the past few years of refocusing the Canadian confederation on its vital economic interests (with the development and promotion of the oil sands as a key symbol). For their part, Canadian provinces have been maintaining traditional

ty is that this strategy of reprimarization of the Canadian economy is no longer happening unopposed. Resistance is taking place on the part of economic players not related to the resource sector, federated powers in certain issues (Québec and British Columbia) or social players residing in the local areas affected by these large projects. In general, this indicates that the powerful and multiple forces (economic, political and social) that come together to determine the outcome of Canada's historical path are less efficient than in the past. Signs of fatigue and fragility of the extractivist model

The Economic Stage of Staples: Nordic Extractivism

Canada's history is associated with an extractivist mode of development, seeking to develop a disproportionate space and to forge an industrialization linked to natural resources. With this mode of development, the policy primarily has the function of accompanying an economy dominated by large international businesses, whose presence has been a condition for the physical occupation of the peripheral ter-

ritories. If natural resources theoretically belong to the State, they have been practically ceded to large businesses which, in return, contribute to “resource regions” through multiple economic benefits (salaries, contributions, etc.). Despite federal strategies seeking to nationalize the economy (the “national policies” of the 1870s, 1950s and 1970s) and the state intervention of provincial governments beginning in the 1960s (the so-called “Quiet Revolution” in Québec), the socio-economic structure of Canada has changed little until the 1990s.

At this time, new pressures started being felt (the exhaustion of the resource, capitalistic and technological intensification, economic diversification, social resistance, etc.), which fed the sentiment of obsolescence towards the extractivist model in peripheral areas (Côté, Proulx, 2002). In parallel, the productive activities associated with the knowledge-based economy (IT sector, R&D laboratories) tended to be concentrated in metropolitan areas where their economic engines (SMEs, innovation, agglomeration, centrality) have often seem not to be the business of peripheral regions and the natural resource economy (Polèse, Shearmur, 2002). If these transformations lead one to expect a transition of Canada’s political economy, this one is indeed not so clear as the players seem ambivalent, as illustrated by the hesitations of the federal government (Canada ratified the Kyoto Protocol in 2002 but withdrew from it in 2012 under the Conservative government) and provincial governments (Québec favoured the wind industry since the 2000s while opening new territorial area to mining with the “Plan

Nord” in 2011). Economically, certain players are betting on innovation and diversification to accompany deprimarization in Canada (the aeronautical, electronic and wind farming industries, etc. according to a post-staple logic) while others are favouring a reprimarization through the intensification of natural resource development (advanced sta-

AT THIS TIME, NEW PRESSURES STARTED BEING FELT (THE EXHAUSTION OF THE RESOURCE, CAPITALISTIC AND TECHNOLOGICAL INTENSIFICATION, ECONOMIC DIVERSIFICATION, SOCIAL RESISTANCE, ETC.), WHICH FED THE SENTIMENT OF OBSOLESCENCE TOWARDS THE EXTRACTIVIST MODEL IN PERIPHERAL AREAS

ple logic consisting of industries in the shale gas and oil sand sectors). It is within this context that one must understand the current federal policies, which focus Canada’s future on its past in a kind of counter-Quiet Revolution that reaffirms these dominant interests from Canada’s history, in a contemporary form of megaprojects of intensive exploitation of natural resources. After the pillaging of forests in the 19th century, one must not be surprised by oil sands development, but rather its opposition which per-

ONE RECENT COMPARISON BETWEEN THE TERRITORIAL GOVERNANCE OF AGRICULTURAL, FORESTRY AND HYDRO-ELECTRIC SECTORS IN QUÉBEC HAS INDICATED THAT, DESPITE RECENT PROGRESS, LOCAL PLAYERS HAVE REMAINED ABSENT FROM THE NATIONAL DEFINITION OF PUBLIC POLICIES AND HAVE OFTEN BEEN THE WEAKEST LINK IN THEIR ROLLOUT AT THE LOCAL LEVEL

haps constitutes the only new trend of present. This affects the political stage of extractivism, the model’s second element.

The Political Stage of Staples: Resource Regimes

Historically predominant, the staple logic of development has profoundly impacted political institutions in Canada. It has crystalized itself into the fabric of sectorial public policies (the forestry, mining, electric, agricultural regimes) which to this day, prioritize political arrangements between central bureaucracies and large international businesses (Hessing, Howlett, 1997). For local territories, this configuration is a paradox: while natural resources are, by definition, inseparable from their space, their management has largely excluded local populations and communities from participating actively, relegat-

ing them mostly to the status of bystanders.

One recent comparison between the territorial governance of agricultural, forestry and hydro-electric sectors in Québec has indicated that, despite recent progress, local players have remained absent from the national definition of public policies and have often been the weakest link in their rollout at the local level (Fournis and Fortin, 2013). The oldest regimes (forestry, mining) also spark conflicts between local authorities, who seek to exercise their own territorial jurisdiction when they are at odds with resource development, or in a more simple manner, seek to represent the concerns of their constituents. The examples are seen almost daily, with certain cases becoming symbolic: worries over the safety of drinking water between the municipality and a gas company in the Gaspé region, mining activities in Malartic and Sept-Îles, the Port of Québec, etc. However, as things are rarely simple in Québec (and in Canada), it is also through this political landscape that we see signs of change to the extractivist model.

Numerous dimensions (economic, political, ecological, social, etc.) of development linked to natural resources (staples) appear unsustainable to certain social players, who lead a vivacious opposition to the political, administrative and economic legacy of early colonization. Despite the strong impact of “old” regimes, certain studies have identified a certain rupture in the traditional policy arrangements since the 1990s, with the rise of new players, including aboriginals, environmentalists and local groups, signaling (and feeding) a crisis in the extractivist paradigm.

This one has become less and less consensual, both at the very centre of the policy development stage where controversies have multiplied (natural gas in 2001-2004, shale gas in 2010-2014, shale oil since 2013) and at the local level where conflicts are manifesting themselves on the issue of specific projects (wind farms, shale gas wells, pipelines, mines, etc.). By all indications, social players henceforth have a sufficient mobilization capacity to block certain individual projects (such as the Ste-Luce wind farm and the natural gas plant in Suroît), to encourage the reform of certain public policies (in the forestry, mining and wind energy sectors, etc.) and even to question the pertinence of certain sectors (de facto moratorium on shale gas development).

Even if these contestations are to become relativized (most of the projects are effectively implemented), they open and complicate the political process with respect to natural resources. Faced with opposition, large economic and political players must enter more subtle logics as part of the project implementation process, generally combining the fine tuning of their traditional siting strategy and the broadening of communication practices ensuring a tight control of information forums and the arenas of consultation. To appear responsive, the Québec government attempts to manage these tensions in a negotiated manner, by increasing the number of consultations. For the shale gas file alone, three imposing evaluation procedures were implemented in only four years, consisting of two public hearings in 2010 and 2014 and a strategic environmental assessment. For its part, the federal government has been much more ag-

gressive. In response to the controversy surrounding its oil sands development project, it has reduced environmental regulations (and its expertise in the matter), the scope of the environmental assessment process and the recognition of ecological associations. Beyond the circle of close stakeholders, local and regional elected officials struggle to secure a more important place in this political process, one which is far from being guaranteed while being better recognized in the process' new dispositions (eg. Québec's Municipal Powers Act adopted in 2006).

In a way, the extractivist consensus has given way to symbolic and practical battles between "epistemic communities" (Hutton, 2007) with regards to the definition of natural resources and, more broadly, their legitimacy within the establishment of national and regional economies. There is undoubtedly another meaning, both political and contentious, to the term "knowledge economy", where the "knowledge" contributes to controversies between both "post staples" and "advanced staples" options on the issue of primarization of Canada's political economy.

The Territorial Stage of Staples: Between Restrictions and Possibilities

In conclusion, questions remain on the role of regions in the economic and political restructuring of the Canadian development model. We have seen that the traditional model of development in Canada is well linked historically to a form of Nordic extractivism, which was adamantly defended by the judicial legacy of colonialism. But recent evolutions in the knowledge-based economy in the economic

sense (with the marginalization of resources relative to the intensive activity in the knowledge sector) and the political sense (with significant conflicts on the issue of knowledge and resources) are now forming breaches in the extractivist order, aided by the efforts of social players.

However, it must be noted that territorial players are in a very delicate position. As the economic benefits of the traditional modes of resource development in terms of direct employment begin to dwindle, these groups too rarely take on the role of major players in this innovative economy and in metropolitan clusters that are supposed to be development policy for peripheral regions (as maritime or wind energy vocations in Eastern Québec).

This configuration suggests a return to basics, although regional development theories may often fail to do so. Natural resources continue to play a major role in certain regions historically known for their extractivist vocation. Escaping from the "resource trap" will happen not by the denegation of their role, but rather as a transition towards a more territorialized economy. The latter will take place less in the form of exogenous volunteerism, either imposed by the state or the market, and more as the endogenous organization of local forces, protected and accompanied by an equilibrium between the contradictory forces of markets and interventionism.

Under these demanding conditions, regions could be the crucible of invention of a hybrid model conceived as the combination of the "new" knowledge-based economy and the "old" resource-based economy. While it is best to remain prudent when thinking of the modest advances surrounding territorial gover-

nance of the forestry sector and the unacceptability of shale gas in Québec (Fortin, Fournis, 2013), certain initiatives in Canada seem to be heading in the right direction, such as the wind energy policy in Eastern Québec.

Bibliography:

- CÔTÉ, S.; PROULX, M. L'ÉCONOMIE DES RÉGIONS PÉRIPHÉRIQUES DU QUÉBEC ET SON RENOUVELLEMENT ACTUEL. CHICOUTIMI ET RIMOUSKI, CENTRE DE RECHERCHE SUR LE DÉVELOPPEMENT TERRITORIAL, 2002.
- FORTIN, M.; FOURNIS, Y. (DIR.). L'ACCEPTABILITÉ SOCIALE DE L'INDUSTRIE DU GAZ DE SCHISTE AU QUÉBEC: FACTEURS D'ANALYSE INTÉGRÉE DANS UNE PERSPECTIVE DE DÉVELOPPEMENT TERRITORIAL DURABLE. COMITÉ D'ÉVALUATION ENVIRONNEMENTALE STRATÉGIQUE - MDDEP, RIMOUSKI, UNIVERSITÉ DU QUÉBEC À RIMOUSKI, 2013.
- FOURNIS, Y.; FORTIN, M. (DIR.). LA TRANSITION DES RÉGIMES DE RESSOURCES AU PRISME DE LA GOUVERNANCE: LES SECTEURS FORESTIER, PORCIN ET ÉOLIEN, COMITÉ D'ÉVALUATION ENVIRONNEMENTALE STRATÉGIQUE - MDDEP, RIMOUSKI, UNIVERSITÉ DU QUÉBEC À RIMOUSKI, 2013.
- HAYTER, R.; BARNES, T. J. CANADA'S RESOURCE ECONOMY. CANADIAN GEOGRAPHER / LE GÉOGRAPHE CANADIEN, v. 45, n. 1, p. 36 41, 2001.
- HESSING, M.; HOWLETT, M. CANADIAN NATURAL RESOURCE AND ENVIRONMENTAL POLICY: POLITICAL ECONOMY AND PUBLIC POLICY. VANCOUVER: UBC PRESS, 1997.
- HUTTON, T. A. CONTOURS OF THE POST-STAPLES STATE: THE RECONSTRUCTION OF POLITICAL ECONOMY AND SOCIAL IDENTITY IN 21ST CENTURY CANADA. POLICY AND SOCIETY, v. 26, n. 1, p. 9 29, 2007.
- POLÈSE, M.; SHEARMUR, R. LA PÉRIPHÉRIE FACE À L'ÉCONOMIE DU SAVOIR, INRS - ICRDR, COLL. (RÉGIONS ET ÉCONOMIE DU SAVOIR), 2002.
- STANFORD, J. (DIR.). THE STAPLE THEORY @ 50. REFLECTIONS ON THE LASTING SIGNIFICANCE OF MEL WATKINS' "A STAPLE THEORY OF ECONOMIC GROWTH". OTTAWA, CANADIAN CENTRE FOR POLICY ALTERNATIVES, 2014.
- SVAMPA, M. NÉO-"DÉVELOPPEMENTISME" EXTRACTIVISTE, GOUVERNEMENTS ET MOUVEMENTS SOCIAUX EN AMÉRIQUE LATINE. PROBLÈMES D'AMÉRIQUE LATINE, v. 81, n. 3, p. 101 127, 2011.

THE MAIN DYNAMICS THAT INVOLVE THE CONTEXT OF THE COMPETITIVE DEVELOPMENT OF THE DOMESTIC INDUSTRY, AS WELL AS SOME PERSPECTIVES FOR BOOSTING THE O&G SECTOR, AIMING TO TAKE ADVANTAGE OF THE OPPORTUNITIES BROUGHT BY THE PRE-SALT IN BRAZIL.

■ ARTIGO ■

The challenges of the competitive development of the oil and gas (O&G) national sector in the context of pre-salt - Part I

ABSTRACT: BRAZIL STANDS OUT ON THE GLOBAL STAGE FOR ITS SUCCESS IN OIL AND GAS (O&G) PRODUCTION, HOWEVER THIS IMPROVEMENT HAVE CREATED A FOREIGN TECHNOLOGICAL DEPENDENCE AND AN UNDER-UTILIZATION OF THE DOMESTIC INDUSTRY. WITH THE DISCOVERIES OF BULKY RESERVES OF O&G IN THE PRE-SALT LAYER, BRAZIL HAS A CHANCE TO JOIN THE SELECT GROUP OF THE TEN LARGEST PRODUCERS IN THE WORLD. NEVERTHELESS, THIS SCENARIO BRINGS CHALLENGES RELATED MAINLY TO SUPPLY COMPETITIVE DEMANDS OF EXTREME COMPLEXITY, COMPARED TO THE EFFORT

TO PUT A MAN ON THE MOON. THE PURPOSE OF THIS ARTICLE IS TO BRING TO LIGHT THE MAIN DYNAMICS THAT INVOLVE THE CONTEXT OF THE COMPETITIVE DEVELOPMENT OF THE DOMESTIC INDUSTRY, AS WELL AS SOME PERSPECTIVES FOR BOOSTING THE O&G SECTOR, AIMING TO TAKE ADVANTAGE OF THE OPPORTUNITIES BROUGHT BY THE PRE-SALT.

KEYWORDS : OIL AND GAS, PRE-SALT LAYER. TECHNOLOGICAL DEPENDENCE, COMPETITIVE DEVELOPMENT.

EDSON TERRA AZEVEDO FILHO, MASTER'S DEGREE IN PRODUCTION ENGINEERING - UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF

MANUEL ANTONIO MOLINA PALMA, PHD IN ADMINISTRATION – USP - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF

RODRIGO ANIDO LIRA, PHD IN POLITICAL SOCIOLOGY – UENF - UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES – UCAM

Oil and gas are considered one of the main world's commodities and cause of wars and economic disputes. These natural resources arouses great interest due to the power granted to whom own it, whether countries or companies. In Brazil, it can be highlighted the importance of the O&G sector for the economy in order to be the largest contributor to the national Gross Domestic Product (GDP) (12.3%) in 2011 and generate about 400,000 direct jobs (CNI; IBP, 2012).

Despite its relevance in the global context, the oil industry has the burden of high complexity for its operation, requiring a strong structure of resources (financial, technological, human, political, etc.)

to business success in this segment. Brazil due to its geological characteristics, presents the offshore (subsea) as the main form of exploitation of O&G, thus demanding a high level of technological development and innovative capacity.

With the intensification of O&G production in the Campos Basin at the end of the 70's, Petrobras, leading company in the sector, due to the low level of competitive development of the national park suppliers of goods and services for the O&G sector, had to rely

post-salt layer (1.24 – 1.86 mi).

However, it must be emphasized that the model of technological cooperation developed underutilized the domestic industry of O&G sector and made this industry very dependent on the technological innovations of that reported foreign companies. It must be taken into consideration that these main global suppliers of O&G sector are privileged to count on sophisticated research and development (R&D) centers located in more developed countries and are already present in

cy of Petroleum, Natural Gas and Biofuels - ANP, Brazil, in 2010, had proven reserves of around 14.2 billion barrels of oil. The oil discoveries in the pre-salt layer are estimated at 50 billion barrels, thus Brazil will take part in the group of the ten largest producers of oil and gas (CNI; IBP, 2012). According to the President of Petrobras, Graça Foster, by 2035, Brazil will be the sixth-largest oil producer in the world, demonstrating the magnitude of future opportunities.

In contrast to the optimism about the promising future, it must be noted that the oil reserves in the pre-salt layer are found in deep waters (3.11 – 4.35 mi), being necessary the development of knowledge frontier in order to allow the oil exploration in a safe and sustainable way. To make matters worse, the service capacity of the national park supplier of O&G sector is not prepared to attend competitively the demands of the pre-salt, either in terms of production capacity or in terms of innovative capacity (OLIVEIRA, 2012).

Although Brazil presents a considerable industrial plant in the O&G sector, this industry offers, in most cases, solutions

IT CAN BE NOTICED THAT, DESPITE THE OPPORTUNITIES, THERE ARE CHALLENGES AS THE EXISTENCE OF COMPETITIVE GAPS AND THE THREAT OF DOMESTIC SUPPLIER CHAIN NOT ATTENDING THE DEMANDS OF THE PRE-SALT.

mainly on the support of global companies in the oil supply chain to develop appropriate technologies for offshore exploration. The success of this partnership was so productive, which culminated in making Petrobras as the world leader in deepwater exploration in the

the main O&G producing centers around the world.

From this initial scenario, comes to Brazil the chance to become a great challenge in an excellent opportunity with the discoveries of oil and gas in the pre-salt layer. According to the National Agen-

and goods with low technological complexity, besides presenting an overprice of 10-40% compared with the main foreign suppliers (RAMOS; PIGORINI, 2009). According to the Brazilian National Organization of the Petroleum Industry - ONIP (2010), it can be cited among the factors that contribute to gaps in competitiveness of the O&G national companies the following: unskilled human resources, high capital costs and high tax costs.

It can be noticed that, despite the opportunities, there are challenges as the existence of competitive gaps and the threat of domestic supplier chain not attending the demands of the pre-salt. Then, it comes the question:

What will be the role of the O&G domestic supplier industry considering the new competitive frontier?

The Brazilian government, by identifying problems with the ability to take advantages of the opportunities by the O&G national park supplier, has been implementing actions to better prepare the country for future challenges. It can be highlighted at least two initiatives taken by ANP, targeting the national competitive development.

The first action is related to the R&D clause which determines that the oil concessionaire companies invest in their research centers in Brazil, or in Brazilian research institutions, 1% of its gross income.

The second initiative of the Brazilian government is related to the requirement of oil and gas concessionaires comply the Local Content (LC) clauses contained in the concession contracts. Local Content means the value added in the country for the production of a good, service or system.

As regards specifically the CL requirements, it is important to emphasize them as an

instrument of industrial policy that aims to strengthen the competitiveness and sustainability of the domestic industry throughout the O&G supply chain. However, there are serious questions about the success of these actions, due to criticism from foreign suppliers and oil concessionaires accusing the Brazilian Government of an exaggerated protectionism and inflexibility in implementing the LC policy in the referred sector.

Depending on the representativeness of the O&G sector to the Brazilian economy and the magnitude of discovered reserves, the search for a better solution to the dilemma opportunities X threats becomes a matter of priority to the national interest. However, due to the complexities and uncertainties surrounding the scenario presented, there is the need for the involvement of different representatives of the most varied spheres and sectors.

Among these representatives, it can be mentioned: universities, national and foreign suppliers, concessionaires, regulatory agencies, research centers, representatives of various governmental levels, support entities of competitive and technological development, among others. Thus, the collectivity of representatives will search for the union of efforts and resources in order to overcome the obstacles presented. Then, the central theme of this work is the analysis of the ways of participation of a diversity of representatives, who have an interest in the construction of desirable futures.

The challenge approached consists, mainly, of overcoming competitive bottlenecks of the O&G national suppliers, aiming an empowering of them. It is crucial to consider that the mobilization and integration of these representa-

tives present an arduous task due to its heterogeneity, extent of actions and diverse interests, strategies and objectives.

It can be used as background for this analysis, the metaphor The Council of the Rats, created by La Fontaine. According to this fable, in order to solve a common problem, the rats decide that the best solution would be to hang a bell on the cat's neck that was terrorizing their community. However, although all rats had agreed, the big question, at the end of the meeting, was just about who would dare to put the bell on the cat.

It is presented the proposal of a sequence of three articles that will approach, in more detail, the nuances and unfolding of the context showed. Thus, just as occurred in the Council of the Rats, in this article, it was taken the first step to look for a solution to the problem, raising some of the most obvious threats that affect the O&G Brazilian sector.

In the next two articles, it will be discussed possible ways for the sector, bringing to light of the debate which are the main influence factors of the competitive development of the O&G domestic industry and also which are the strategies of mobilization and participation of the representatives interested in solving their common problem. Finally, our proposal is to search not only who will be responsible for hang the bell on the cat's neck, but mainly how it can be possible.

NOTES

1- IT IS PRESUMED TO RECOVER, COMMERCIALLY, OIL AND GAS RESERVES WITH A GREAT LEVEL OF CERTAINTY, BASED ON THE ANALYSIS OF GEOLOGICAL DATA.

2- AGÊNCIA ESTADO. GRAÇA FOSTER SAYS BRAZIL WILL BE THE 6TH GREATER OIL PRODUCER UNTIL 2035. DIÁRIO DE PERNAMBUCO. ECONOMY. RECIFE. JUNE 2, 2014. AVAILABLE AT <HTTP://WWW.DIARIODEPERNAMBUCO.COM.BR/APP/NOTICIA/ECONOMIA/2014/06/02/INTERNAS _

ECONOMIA, 507568/GRACA-FOSTER-DIZ-QUE-BRASIL-SERA-6-MAIOR-PRODUTOR-DE-PETROLEO-ATE-2035. SHTML>. ACCESS IN JUNE 10, 2014.

3- NATIONAL PETROLEUM AGENCY – ANP. LEGISLATION- RESOLUTION ANP Nº 33, DE 24.11.2005 - DOU 25.11.2005. 2014A. AVAILABLE AT:< HTTP://WWW.PETROBRAS.COM.BR/MINISITE/COMUNIDADE _ CIENCIATECNOLOGIA/PORTUGUES/DOCS/RESOLUCAO-ANP.PDF >. ACCESS IN MAY 3, 2014.

4- _____. LEGISLATION – RESOLUTION ANP Nº 36, DE 13.11.2007. 2014B. AVAILABLE AT:< HTTP://WWW.BRASIL-ROUNDS.GOV.BR/ARQUIVOS/DIARIO _ OFICIAL/RESOLUCAO36.PDF>. .. ACCESS IN MAY 3, 2014.

5- PÁDUA, L. PRESIDENT OF SHELL CRITICIZES GOVERNMENT TARGETS FOR LOCAL CONTENT IN THE PRE-SALT. JORNAL DO BRASIL (ON-LINE), RIO DE JANEIRO, MAY 15, 2012. AVAILABLE AT <HTTP://WWW.JB.COM.BR/ECONOMIA/NOTICIAS/2012/05/15/PRESIDENTE-DA-SHELL-CRITICA-METAS-DOGOVERNO-PARA-CONTEUDO-LOCAL-NO-PRE-SAL/>. ACCESS IN: 08/08/2013.

References

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA; IBP – INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCMBUSTÍVEL. A CONTRIBUIÇÃO DO SETOR BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCMBUSTÍVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO PAÍS. BRASÍLIA: CNI/IBP. CADERNOS SETORIAIS Rio+20. 2012.

OLIVEIRA, A. PRÉ-SAL: A OPORTUNIDADE E SEUS DESAFIOS. DOSSIÊ DESAFIOS DO PRÉ-SAL, N. 95, PP. 23-32, SET.-NOV./2012. ONIP – ORGANIZAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO. OPORTUNIDADES E DESAFIOS DA AGENDA DE COMPETITIVIDADE PARA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA INDUSTRIAL NA ÁREA DE PETRÓLEO: PROPOSTAS PARA UM NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. 2010. DISPONÍVEL EM:< HTTP://NOVOSITE.ONIP.ORG.BR/WP-CONTENT/UPLOADS/2011/07/ESTUDO _ COMPETITIVIDADE _ OFFSHORE _ RELATORIO.PDF>. ACESSO EM 20 DE JAN. DE 2013.

RAMOS, A.; PIGORINI, P. PRÉ-SAL: A PRODUÇÃO DE PETRÓLEO COMO BASE PARA UM NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO. PERSPECTIVA: BOOZ & COMPANY. 2009. DISPONÍVEL EM: < HTTP://WWW.BOOZ.COM/MEDIA/FILE/22 _ PRE _ SAL _ VF _ 140509.PDF >. ACESSO EM 06/08/2013.

Editor-chefe

Rodrigo Machado Vilani

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Conselho Editorial

Angela Moulin Simões Penalva Santos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Christian Luiz da Silva

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

Denise Cunha Tavares Terra

Universidade Estadual do Norte-Fluminense – UENF

Edna Maria Ramos de Castro

Universidade Federal do Pará – UFPA

Frédéric Jean Marie Monié

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Helder Queiroz Pinto Junior

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Isa de Oliveira Rocha

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Jeroen Johannes Klink

Universidade Federal do ABC – UFABC

João Figueira de Sousa

Universidade Nova de Lisboa – UNL

João José de Assis Rangel

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

José Gutman

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP

José Luis Vianna

Universidade Federal Fluminense – UFF

Lia Valls

Fundação Getúlio Vargas - FGV

Luciano Dias Losekann

Universidade Federal Fluminense – UFF

Maria Amélia Rodrigues da Silva Enriquez

Universidade Federal do Pará - UFPA

Marília Steinberger

Universidade de Brasília - UnB

Paulo Gusmão

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Rodrigo Anido Lira

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Rodrigo Valente Serra

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ)

Rosana Baeninger

Universidade Estadual de Campinas - Unicamp

Rosélia Piquet

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Silvia Gorenstein

Universidade Nacional del Sur – Argentina

Suzana Quinet de Andrade Bastos

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Vera Lucia Alves França

Universidade Federal de Sergipe – UFS

Virginia Elisabeta Etges

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

Yann Fournis

Université du Québec à Rimouski - UQAR

Yves Fauré

Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne

Revisora Gramatical

Maria Marta Garcia de Assis Rangel

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Bolsista de Iniciação Científica

Daniel Souza Caldas

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Escopo

O Boletim Petróleo, Royalties e Região, vinculado ao Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes (UCAM – Campos dos Goytacazes), é fruto da preocupação com a difusão de dados e informações técnicas para o debate sobre a distribuição dos royalties na região petrolífera do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, se configura como um veículo de publicação de natureza acadêmica e técnica,

primando pela qualidade de seus artigos e sua periodicidade desde setembro de 2003.

O Boletim tem por foco editorial pesquisas originais, teóricas ou empíricas, voltadas para planejamento regional e urbano, petróleo e outros minerais, royalties e outras participações governamentais, economia regional, políticas públicas e áreas afins, dentro de uma visão multidisciplinar das temáticas relacionadas ao seu escopo.

Periodicidade

O Boletim é publicado trimestralmente de forma regular e ininterrupta em versão exclusivamente eletrônica.

Diretrizes para os autores

Os textos recebidos são apreciados inicialmente pelo Editor-chefe, que encaminhará para avaliação por membros do Conselho Editorial e, eventualmente, por pareceristas ad hoc.

As normas de apresentação do texto para o envio do artigo são:

- O arquivo deve ser enviado em formato 'DOC' ou 'DOCX'
- A primeira página deve apresentar: a) título do trabalho; b) autoria: nome completo do(s) autor(es), formação acadêmica, filiação institucional, e-mail, telefone e endereço para correspondência;
- A segunda página deve conter: a) título em português e inglês; b) resumo em português e abstract em inglês, contendo entre 100 e 150 palavras, com indicação de 3 a 5 palavras-chave.
- Os artigos devem ter entre 11 mil e 15 mil caracteres com espaços (incluindo notas e referências bibliográficas).
- Formatação: tamanho do papel: A4 (21 x 29,7 cm); margens superior e esquerda: 3 cm; inferior e direita: 2 cm; Fonte: Times New Roman, corpo 12; Espaçamentos: 1,5 entre linhas.
- As referências bibliográficas devem estar de acordo com as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- As notas, quando houver, devem ser colocadas ao final do texto (Nota de fim).
- Ilustrações e tabelas devem ser enviadas em arquivos separados.
- Ilustrações devem ser enviadas em JPG, com resolução mínima de 96 dpi.
- O encaminhamento dos textos para o Boletim implica a autorização para publicação e aceitação de eventuais edições necessárias para adequação ao formato do Boletim e ao seu padrão editorial.

Author Guidelines

The articles submitted are accepted for consideration firstly by the Editor in chief, who refers them to be evaluated by members of the editorial board, and, eventually, by ad hoc referees. The formatting rules to send the article are the following:

- The file must be sent in 'DOC' or 'DOCX' format.
- The first page must present: a) title of the work; b) authorship: full name of the author(s), academic degree, institutional affiliation, e-mail address, telephone number, and full postal address.
- The second page must contain: a) title in English; b) abstracts in English, comprising 100 to 150 words and also 3 to 5 keywords.
- The articles should be in the regions of 11,000 to 15,000 characters with spaces (including notes and bibliographic references).
- Formatting: paper size: A4 (21.0 cm by 29.7cm); top left margin: 3.0 cm; bottom right margin: 2.0 cm; font: Times New Roman, 12 - point font size; spacing: 1.5 cm between lines.
- Bibliographic references must be in accordance with the standards established by the Brazilian Association of Technical Standards (Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT-NBR 6023).

Instrucciones para los Autores

Los textos recibidos son evaluados inicialmente por el editor en jefe, que los encaminará para valoración por los miembros del Comité Editorial y, eventualmente, por árbitros ad hoc. Las normas de presentación del texto para envío del artículo son las que se siguen:

- Los archivos se deben enviar en formato 'DOC' o 'DOCX'.
- La primera página debe presentar: a) título del trabajo; b) autoría: nombre completo del autor, formación académica, afiliación institucional, correo electrónico, teléfono y dirección para correspondencia.
- La segunda página debe incluir: a) título en Español e Inglés; b) resumen en Español y abstract en Inglés entre 100 (cien) y 150 (ciento cincuenta) palabras, incluyéndose entre 3 (tres) y 5 (cinco) palabras claves.
- Los artículos deben tener como mínimo 11 mil y como máximo 15 mil caracteres con espacios (incluyendo notas y referencias bibliográficas)
- Formateo: hoja tamaño A4 (21,0 x 29,7cm); márgenes superior e izquierdo: 3cm; inferior y derecho 2cm; Times New Roman 12; interlineado 1,5.
- Referencias bibliográficas deben ser presentadas de acuerdo a las normas establecidas por la Asociación Brasileña de Normas Técnicas – ABNT-NBR 6023 (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Os artigos devem ser enviados exclusivamente para o e-mail:
boletim@ucam-campos.br